


O tombamento do sítio histórico de Santa Teresa reflexões sobre patrimônio, memória e italianidade

The listing of Santa Teresa's historical site reflections on heritage, memory and intalianity

Márcia Regina Rodrigues Ferreira¹ 

Arnaldo Pinto Junior² 

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
e-mail: marciarodrigues@live.com

² Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: apjbrasil@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre patrimônio, memória e italianidade a partir da análise de documentos e manifestações relativos ao processo de tombamento provisório do sítio histórico de Santa Teresa (ES). Reconhecemos que o patrimônio cultural expressa conflitos, negociações e ressignificações operadas pelos sujeitos em suas práticas sociais. No diálogo com referenciais da história cultural, procuramos discutir construções simbólicas que tensionam interesses públicos e privados imbricados no processo em questão. Nesse sentido, compreendemos tanto a ideia de italianidade quanto as memórias que a legitimam como produções socioculturais voltadas para a afirmação da identidade local em torno da ancestralidade da respectiva região da Europa.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Tombamento; Memória; Italianidade, Santa Teresa (ES).

ABSTRACT

This article presents reflections on heritage, memory and Italianity from the analysis of documents and manifestations regarding the provisional listing process of Santa Teresa's (ES) historical site. We recognize that cultural heritage expresses conflicts, negotiations and reinterpretations operated by subjects in their social practices. In the dialogue with cultural history references, we seek to discuss symbolic constructions that tension public and private interests intertwined in the process in question. In this sense, we understand that the idea of Italianity and the memories that legitimize it as socio-cultural productions aimed at affirming the local identity around the ancestry of the respective region of Europe.

KEYWORDS: Cultural heritage; Listing; Memory; Italianity; Santa Teresa (ES).

Recebido: 07/09/2020 | Publicado: 14/10/2020

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutoranda e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora da formação continuada de profissionais de Educação e do Polo UAB de Santa Teresa-ES.

² Licenciado em História e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Faculdade de Educação da Unicamp, atua na formação de professores (cursos de licenciatura) e de pesquisadores (cursos de pós-graduação).

1 INTRODUÇÃO

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá as nossas perguntas. Ítalo Calvino (1990, p. 44)

Santa Teresa, cidade localizada na região serrana do Espírito Santo, a 78 quilômetros da capital Vitória, afigura-se no amálgama sociocultural do estado como uma das mais importantes colônias italianas fundadas em suas montanhas. A história do Núcleo Timbuhy, antiga denominação da atual Santa Teresa, insere-se no contexto do projeto colonizador do governo imperial na segunda metade do século XIX, que marcou o avanço da modernidade capitalista no Brasil com seus ideais civilizatórios expressos em iniciativas que focalizavam a industrialização, a urbanização e a imigração como importantes símbolos do almejado progresso.

Conhecida por uma identidade cultural diretamente ligada à origem italiana, são múltiplas as ações engendradas nos âmbitos local e estadual pelos descendentes – seja por associações ou pelos poderes públicos – para recriação e reinvenção do passado dos imigrantes, manutenção e valorização de suas tradições representadas a partir da arquitetura, culinária, religiosidade, produção de vinhos artesanais, festas típicas, entre outras manifestações. E no cenário de afirmação da italianidade, a Lei n. 13.617 (BRASIL, 2018) reconhece oficialmente Santa Teresa como pioneira da imigração italiana no Brasil.

Em relação às ações socioculturais que procuram difundir as perspectivas da italianidade, são mais recorrentes as empreendidas pelas associações étnicas com a organização de corais, cursos de língua italiana, grupos de dança e festividades. Dentre as festividades, a de maior destaque é a *Festa do Imigrante Italiano*, que no ano de 2020 apresentou sua 29ª edição em comemoração aos 146 anos de colonização italiana na região. Devido a pandemia de COVID-19 e o contexto de isolamento social, a referida festa foi organizada com eventos virtuais. Todos os anos no mês junho a cidade é enfeitada para a *Festa do Imigrante Italiano* nas cores branco, vermelho e verde, decoração que procura ressaltar uma determinada visão de origem nacional e os pretendidos laços com o referido país europeu (Figura 1). As músicas, as danças e a culinária, por sua vez, evidenciam a perspectiva de continuidade das tradições culturais. A *Carretela Del Vin*, ápice da festividade, é um desfile pela cidade com carros enfeitados, pessoas vestidas com roupas típicas de algumas regiões italianas, distribuição de suco de uva e comida típica. A *Festa do Imigrante Italiano* e, especialmente, a *Carretella Del Vin* atraem um grande número de turistas, movimentando a economia da cidade.

Figura 1. Centro histórico de Santa Teresa (2011)



Fonte: Mídia Cidadã³.

Por este caminho, a italianidade é compreendida como uma construção social voltada para a afirmação da identidade local, como sentimento que está na base simbólica representada pela ancestralidade italiana. Dentre os aspectos fundantes deste processo nota-se a noção de tempo contínuo, capaz de unir sujeitos do passado e do presente em comunidades que se perpetuam infinitamente. Sobre tais visões, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2004, p. 223) nos alerta que “todo o processo de formação de sentimentos, que se exterioriza na formulação identitária, é, como sempre, datado, mas se apresenta como se tivesse existido sempre”.

Estabelecendo interlocuções como conhecimento sensível – que não segue exatamente as regras da racionalidade, mas produz critérios de interpretação da realidade – e os fios investigativos propostos pelo filósofo Walter Benjamin (2012), acreditamos que a italianidade

3

Disponível

em:

<<http://midiacidada.org/santa-teresa-a-primeira-cidade-brasileira-fundada-por-imigrantes-italianos/>>.

Acesso

em: 15 jul. 2020.

apresenta-se como uma mônada de significados atribuídos por sujeitos da cidade à sua história e memórias. Entre as questões que evidenciam o papel político assumido pelas elaborações simbólicas relativas à imigração italiana em Santa Teresa, podemos destacar: a construção de uma positividade exacerbada a tudo que se refere aos imigrantes; as narrativas que perpassam a ideia de um passado homogêneo e celebrativo; a tendência a folclorizar singularidades culturais como incremento para o comércio e o lazer; as relações díspares com o patrimônio cultural, transformado em “fetiche mercadoria” ou fantasmagoria⁴ do mundo capitalista.

Os patrimônios culturais não são neutros, ao contrário, estão imbricados por valores e visões de mundo, atuando efetivamente na educação dos sentidos e das sensibilidades constantemente em curso (GAY, 1988). Ao pensarmos nas articulações construídas sobre o patrimônio cultural de Santa Teresa e as narrativas da italianidade que circulam entre os moradores da cidade, concordamos com a historiadora Nara Rúbia de Carvalho Cunha (2011) que compreende os bens culturais como construções históricas localizadas em tempos e espaços específicos, incidindo na definição das sensibilidades dos sujeitos e/ou dos grupos sociais envolvidos.

Assim, no diálogo com uma concepção plural de cultura que considera as experiências vividas (THOMPSON, 1981; 1998), o objetivo basilar deste artigo é problematizar as relações dos sujeitos, dotados de racionalidade e sensibilidades, com o patrimônio cultural local a partir das questões imbricadas no processo de tombamento do sítio histórico de Santa Teresa, iniciado em 2013 por iniciativa de uma moradora local e aprovado provisoriamente pelos membros Conselho Estadual de Cultura (CEC), em março de 2019.

O tombamento provisório do sítio histórico provocou reações diversas e conflituosas na população local, resultando em manifestações e audiência pública que evidenciaram a divisão da sociedade entre aqueles que eram favoráveis e contrários ao tombamento. Baseando-se na pluralidade de vozes e visões de mundo que assinalam os contextos históricos, as questões entrelaçadas ao processo de tombamento do sítio histórico expressam sua complexidade tanto por meio dos conflitos, tensões e negociações registrados quanto nas constantes ressignificações operadas pelos sujeitos em suas práticas socioculturais.

2 Patrimônio cultural e tombamento: conflitos e contradições em torno da italianidade

⁴ No pensamento benjaminiano, as fantasmagorias da modernidade capitalista estão relacionadas às “casas dos sonhos”, idealizações que apresentam efeitos destrutivos nas relações sociais, na percepção do tempo e espaço. Cf. GALZERANI (2002).

Etimologicamente a palavra patrimônio vem do latim *patrimonium* e remete a ideia de propriedade herdada do pai ou outro ancestral. Assim, em suas origens o patrimônio estava relacionado “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2001, p. 11).

Muito utilizado em nosso cotidiano, o termo apresenta ainda hoje vários significados e conotações que caracterizam diferentes abordagens. Por este caminho, Gonçalves (2009) esclarece que é preciso desnaturalizar o termo patrimônio, compreendendo-o como uma construção histórica que apresenta diferentes dimensões semânticas conforme os povos e culturas. Nesse sentido, a noção de patrimônio nos contornos adotados pela sociedade ocidental, ou seja, como um conjunto de bens de valor cultural que simbolizam toda uma coletividade foi delineada em fins do século XVIII.

O patrimônio cultural envolve uma interpretação da cultura como produção material, mas também simbólica, como referência de identidade, ação e memória dos diferentes grupos que formam a sociedade (FONSECA, 2009b). Ele não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado, de certo modo o patrimônio constrói e forma as pessoas (GONÇALVES, 2009).

Considerando que em cada momento histórico determinados grupos definem e selecionam seus patrimônios ao responderem demandas e questionamentos do presente, é necessário pensar tais especificidades na complexidade e relação intrínseca com os processos sociais, econômicos, políticos e culturais. Por meio dessa perspectiva, a abordagem do patrimônio deve contemplar as rupturas e discontinuidades dos processos históricos, problematizando uma visão nostálgica do passado, idealizado e romantizado. A noção de passado dinâmico é de suma importância para pensar no patrimônio como espaço que educa, incidindo de maneira diversa nos indivíduos, portadores de racionalidades e sensibilidades.

No caso de Santa Teresa, os significados atribuídos ao patrimônio cultural potencializam a discussão sobre a história e as memórias de sua população. As narrativas que defendem os paradigmas da italianidade são portadoras de posicionamentos pouco abertos para a inclusão de sujeitos não identificados com esse perfil, o que revela a ação de forças sociais pretensamente hegemônicas. Atentos ao referido debate, Maria Sílvia Duarte Hadler e Arnaldo Pinto Jr. (2019, p. 185) consideram o local

[...] como um espaço/tempo que possibilita reflexões críticas sobre a atuação dos sujeitos e/ou de seus grupos específicos, dialeticamente configurados e configurando relações de poder que se movimentam e se estabelecem continuamente pelas diversas

instâncias culturais e políticas da sociedade, articuladas em diversos níveis com amplas questões, como os desdobramentos de crises econômicas globais. Com base nessas premissas, a história local é pensada como expressão singular de processos históricos que avançam em diferentes tempos e espaços concomitantemente. Assim, está relacionada às formas como os diferentes sujeitos se constituem historicamente em seus modos de viver, localizados em espaços/tempos permeados por relações de poder, de dominação e de resistência.

No diálogo com os pesquisadores, acreditamos que noções de espacialidade e temporalidade também são portadores de visões de mundo, isto é, são parciais e correspondem às relações de força que atuam em uma determinada sociedade. Então, da mesma maneira que um patrimônio cultural, a história e as memórias de uma cidade trazem indícios dos embates travados em distintos tempos e espaços. Como não poderia deixar de ser, as discussões que permeiam um processo de tombamento invariavelmente evidenciam as concepções culturais e outros interesses públicos e privados.

Contudo, antes de refletirmos sobre o tombamento do sítio histórico de Santa Teresa, vamos tratar de aspectos que nos auxiliam na compreensão de suas múltiplas interpretações. A expressão tombamento é originária do direito português, no qual o verbo *tombar* significava inventariar ou inscrever nos arquivos do reino, que ficavam guardados na Torre do Tombo (OLIVEIRA, 2008). Instrumento de preservação por excelência da política patrimonial portuguesa e brasileira, o instituto do tombamento incide sobre o sistema de valores dos bens por ele atingidos e sobre o estatuto da propriedade desses bens de forma peculiar a partir da tutela do estado e dos interesses públicos voltados para os valores culturais como referências de identidade (FONSECA, 2009a).

Seguindo esta perspectiva, “além de instrumento jurídico com implicações econômicas e sociais, o tombamento tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem” (FONSECA, 2009a, p. 180).

Nas solicitações de tombamento, somados ao critério de excepcionalidade, são destacados aspectos como o potencial turístico do bem e o seu valor afetivo para a comunidade. O critério de excepcionalidade enfatiza o caráter de permanência e vitalidade de um bem, sua capacidade de provocar continuamente novas leituras (FONSECA, 2009a). Os processos de recepção do tombamento ocorrem de forma diferenciada, mas quase sempre são perpassados por tensões, contradições e conflitos observados nas narrativas sobre a história e memórias locais, como revelam os acontecimentos relativos ao tombamento do sítio histórico de Santa Teresa.

No ano de 2013, a ameaça de demolição de um casarão localizado no centro histórico

para a construção de uma ponte, que tinha por objetivo amenizar problemas no trânsito e modernizar a cidade, reuniu a comunidade local num movimento de preservação do patrimônio cultural como referência de memória da imigração italiana. Em 2015, a mobilização culminou num abraço simbólico em torno do casarão com vistas a defender a manutenção de sua história e arquitetura, cuja demolição era considerada uma ameaça de descaracterização do centro histórico. Todavia, o suposto progresso representado pela ponte também tinha um grande número de simpatizantes que alegavam as alterações sofridas pelo imóvel e os problemas estruturais como justificativas para a demolição. Após as manifestações, o casarão foi preservado e suscitou movimentos amplos de reflexão sobre a preservação dos bens culturais locais como forma de dar continuidade às memórias da imigração italiana.

Ainda no ano de 2013, a ameaça de demolição do casarão resultou na solicitação do tombamento do sítio histórico na Secretaria de Estado da Cultura (Secult), processo iniciado pela escritora teresense Laurany Matiello. O ofício foi analisado pela arquiteta Eliane Lordello, da Gerência de Memória e Patrimônio da Secult, que produziu um relatório técnico acerca do pedido para ser avaliado pela Câmara de Patrimônio, Bens Móveis e Acervos do CEC.

Conforme documentos da Secult, a Prefeitura de Santa Teresa foi notificada em 2015 sobre a solicitação de tombamento e, nesse mesmo ano, constituiu-se uma comissão de arquitetos, historiadores, arqueólogos e representantes da Secult e do CEC para análise do processo. Entre os aspectos destacados pela comissão responsável pela identificação dos bens passíveis de tombamento, merece relevo a necessidade de considerar o sítio histórico da cidade como um conjunto, englobando casas antigas e novas dentro de uma determinada área. Em 14 de março de 2019, a 113ª Reunião Ordinária do CEC aprovou o tombamento do sítio histórico de Santa Teresa.

Na notícia publicada no site oficial do Governo do Estado do Espírito Santo⁵, no dia 18 de março de 2019, a arquiteta Eliane Lordello, da Gerência de Memória e Patrimônio da Secult, ressaltou que “um tombamento não pode ser visto como algo negativo e sim um mérito e um reconhecimento”. Segundo a arquiteta, “isso garante a identidade e força do local, além de ser eminentemente afetivo”. O texto destaca ainda que no tocante a necessidade do tombamento, o parecer lido pela arquiteta e conselheira titular da Câmara Arquetônica, Viviane Pimentel, explicitava “que o conjunto de objetos e saberes configura a importância de Santa Teresa e a

⁵ A referida notícia, intitulada *Conselho de Cultura aprova tombamento do Sítio Histórico de Santa Teresa*, foi produzida pela Assessoria de Comunicação da Secult. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/conselho-de-cultura-aprova-tombamento-do-sitio-historico-de-santa-teresa>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

identifica como um núcleo de características únicas”.

Longe de ser unanimidade, o tombamento provisório do centro histórico dividiu a comunidade local. Os favoráveis ao processo destacavam fatores de ordem histórica baseados no reconhecimento de primeira cidade italiana do Brasil (Lei n. 13.617/2018) e de ordem econômica, enfatizando o sítio histórico como incentivo ao turismo e assim, fundamental na geração de empregos. Para eles, só o tombamento poderia garantir sua preservação e o lugar de Santa Teresa como importante destino turístico no estado.

O grupo que se posicionava de forma contrária ao tombamento, composto sobretudo por proprietários e comerciantes do centro histórico e adjacências, argumentava que a área definida inicialmente era muito ampla, englobando imóveis que não eram históricos, bem como a burocracia que seria imposta para modificações nesses bens. Assim, o tombamento representaria na visão desse grupo um retrocesso para o empreendedorismo na região, além de não garantir a preservação. Entre os argumentos para a não intervenção do órgão de âmbito estadual, merece relevo o Plano Diretor Municipal (PDM) considerado facilitador das medidas de preservação locais, já que entre outras questões, proíbe a construção de imóveis com mais de quatro pavimentos no centro da cidade e a demolição de casas e/ou prédios históricos sem a autorização da Secult. Por este caminho, existe também a defesa de tombamento individual de alguns imóveis mais antigos. O tombamento do sítio histórico de Santa Teresa e a intervenção do governo estadual, segundo o referido grupo, visava atrasar o desenvolvimento social e econômico do município e para o seu impedimento foram realizadas ações como um abaixo-assinado e uma passeata.

Dessa forma, em 25 de agosto de 2019 ocorreu uma passeata contra o tombamento estadual do sítio histórico, que percorreu vários bairros da cidade e terminou em frente à Prefeitura. No dia 29 de agosto foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Santa Teresa para avaliação da importância do tombamento. Representando a Secult estavam presentes o técnico em patrimônio Rodrigo Zotelli Queiroz e a arquiteta Eliane Lordello, os quais explicitaram, entre outros pontos, a ideia do tombamento como um ato administrativo que objetiva preservar legalmente bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

A audiência foi um momento de tensão, de disputa de sentidos e significados em relação ao patrimônio local. O grupo contra o tombamento era majoritário e se manifestava com gritos de guerra, cartazes, com os seguintes dizeres: “fora Secult”; “preservar sim, tomar não”; “contra o tombamento por amor a Santa Teresa”, entre outros. Atualmente, o processo de

tombamento está suspenso após uma ação movida pelo próprio município no Tribunal de Justiça.

Entrevistado pelo jornalista Vitor Taveira (2020), que publicou no jornal *Século Diário*⁶ do dia 05 de julho de 2020 a matéria intitulada *Pressão imobiliária trava tombamento histórico em Santa Teresa*⁷, o membro do CEC Sebastião Ribeiro Filho destacou que existem pessoas interessadas em desqualificar a discussão e a necessidade de preservação do patrimônio local. Para ele, o que está por trás dessa desqualificação é a intenção de descaracterizar a cidade, lugar no qual chegaram os primeiros imigrantes italianos no Brasil. Na mesma matéria, a arquiteta e urbanista Viviane Pimentel, uma das integrantes do grupo técnico que realizou os levantamentos para o processo de tombamento, aponta que o maior problema em Santa Teresa é o interesse da especulação imobiliária na área da Rua do Lazer, um de seus principais pontos turísticos.

O processo de tombamento do sítio histórico em questão aponta que os gestos cada vez mais frequentes de invocar ou lembrar tradições em uma temporalidade marcada pela transitoriedade, imediatismo e crescente culto ao descartável, resulta em situações contraditórias: se por um lado os poderes públicos exaltam as origens da cidade por meio de políticas oficiais e festividades, por outro, sob a concepção da modernidade, o patrimônio cultural torna-se um campo de batalhas de percepções que envolvem estratégias, implicações políticas e culturais, passando de referência de identidade a bem comercializável.

A partir dos valores e visões de mundo engendrados pela modernidade, os bens patrimoniais tangíveis e intangíveis que simbolizam a cultura italiana em Santa Teresa são utilizados para estimular o turismo na região, o que permite fazer questionamentos acerca de sua visão mercadológica, ou seja, transformação em bens de consumo. Destarte, a inserção do patrimônio nos mercados dos bens culturais e do turismo não pode comprometer a sua história e os valores que distinguem esses bens e lhes dão sentido. Diante dessa problemática, é fundamental pensar numa relação dinâmica da sociedade com o seu patrimônio, pois a preservação passa pelo envolvimento do sujeito com o bem a ser preservado.

Dessa forma, as “experiências comprovam a existência de um tráfego ininterrupto entre o que o mundo impõe e o que a mente exige, recebe e reformula” (GAY, 1988, p. 19). Em uma perspectiva ampliada, trata-se de um processo de educação dos sentidos vivenciado cotidianamente por meio de estímulos de natureza diversa, provenientes da circulação por diferentes espaços, um processo contínuo de ouvir e observar que produz significados e modela

⁶ Órgão de imprensa sediado na capital do estado.

⁷ Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/cidades/pressao-imobiliaria-trava-tombamento-historico-em-santa-teresa>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

de forma sutil e silenciosa as sensibilidades e visões de mundo dos sujeitos.

Em um artigo que analisa histórias, memórias e experiências educacionais socialmente construídas no processo de patrimonialização da Casa Lambert, uma casa-museu de Santa Teresa, os historiadores Arnaldo Pinto Jr. e Márcia Regina Rodrigues Ferreira (2017, p. 50) assinalam:

Assim, considerando que vivenciamos um processo ininterrupto de educação das sensibilidades que na maioria das vezes nos estimula a esquecer, apagar, excluir e silenciar as memórias e histórias plurais, o patrimônio, como espaço multifacetado e atravessado por múltiplos significados e diferentes temporalidades, possibilita a problematização das visões de mundo construídas ao longo da trajetória histórica da cidade.

Com base no que foi explicitado, a problematização das narrativas da italianidade constitui um esforço investigativo para tensionar, a contrapelo de tendências homogeneizadoras e dominantes, as experiências e formas de interação dos sujeitos com a história, memórias e patrimônio cultural da cidade, atribuindo-lhes sentidos e significados em construções simbólicas, como o processo de tombamento do sítio histórico, que assinalam relações sociais plurais.

Por conseguinte, a visão mercadológica que incide sobre a cultura transforma o passado num lugar pitoresco a ser visitado e suas referências em bens de consumo. Como fantasmagorias, os bens culturais se distanciam das experiências vividas coletivamente, superficializadas e fragilizadas pelos paradigmas do mundo capitalista. Numa concepção de passado homogêneo e celebrativo, que desconsidera a relação dialética entre presente e passado, os sujeitos tornam-se meros espectadores da história. E partindo do pressuposto de que as questões culturais devem ser localizadas dentro de um equilíbrio particular de forças em que resistências, confrontos e negociações estão sempre presentes (THOMPSON, 1998), as produções simbólicas que selecionam e destacam os valores e projetos de uma parcela da sociedade em detrimento de histórias plurais desconsideram esse dinamismo, movimento e complexidade que caracterizam as culturas. Assim, as narrativas da italianidade e sua relação com a história, as memórias e o patrimônio cultural da cidade incitam reflexões sobre os processos culturais que produzem visões de mundo, sensibilidades e formas de sociabilidade.

| 10

3 O pioneirismo de Santa Teresa na imigração italiana e o papel do patrimônio cultural

A Lei n. 13.617/2018 reconhece Santa Teresa como pioneira da imigração italiana no Brasil, estimulando reflexões sobre as múltiplas faces narrativas das tendências culturais

prevalecentes que reverberam nas memórias, valores e visões de mundo. Não obstante, a defesa por uma identidade italiana expressa nos bens culturais, revela diversas problemáticas que envolvem a questão patrimonial no mundo contemporâneo. O tombamento do sítio histórico assinala a convivência de situações díspares: por um lado os bens patrimoniais têm sido exaltados como forma de preservar a história e memória coletiva, por outro, a ideia de preservação, em meio a valores instaurados pela modernidade capitalista, tem resultado em experiências e memórias fragilizadas. Os atos de conhecer, guardar, colecionar e lembrar antigos costumes e tradições cada vez mais crescentes, geralmente vem acompanhados de uma ideia de bens intocáveis, uma visão nostálgica de lugares pitorescos a serem visitados. Conforme Meneguello, “cada vez mais conhecido o passado parece ser cada vez menos compartilhado” (2000, p. 396).

O trâmite legislativo de reconhecimento do pioneirismo de Santa Teresa, iniciado em 2015, baseia-se num documento de 28 de outubro de 1874 encaminhado ao Presidente da Província, descoberto pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Nele, o colono Francesco Merlo, estabelecido na Colônia de Santa Leopoldina, no Núcleo Timbuhy, solicita ao governo ressarcimento dos gastos que teve com a passagem da Itália à Colônia de Nova Trento, pelo fato de não ter sido reembolsado pelocontratante.

Esse é um dos muitos documentos do acervo do APEES referentes aos imigrantes italianos que chegaram ao porto de Vitória no navio *La Sofia* em 1874. Provenientes em sua maior parte, da província de Trento e algumas famílias do Vêneto, eles foram contratados por Pietro Tabacchi, que possuía uma fazenda em Santa Cruz, hoje o município de Ibirapu. O empreendimento, marcado por campanhas propagandísticas tendenciosas na Europa, descontentamentos e revoltas, malogrou. O grupo, composto por 388 imigrantes, se dividiu e parte dele se instalou na Colônia Imperial de Santa Leopoldina, sendo direcionado ao Núcleo Timbuhy, que deu origem ao município de Santa Teresa (GROSSELLI, 2008; SCALZER, 2015; FERREIRA, 2015). Segundo Muniz (2009, p. 54) esses foram “os primeiros italianos que, em grupo, chegaram às terras capixabas por meio de empreendimento de imigração”.

Ao abordar os acontecimentos que consubstanciaram a criação do Núcleo Timbuhy, é necessário ressaltar ainda os imigrantes de outras nacionalidades, como os poloneses que se estabeleceram na região em 1873, a presença indígena apontada pelo naturalista Augusto Ruschi em estudos realizados entre os anos de 1934 e 1953, e o grupo de trentino-tirolezes que chegou em 1875, assinalando as ações governamentais na região (GROSSELLI, 2008; SCALZER, 2015; FERREIRA, 2015).

A Lei n. 13.617/2018 suscita questionamentos sobre a construção e institucionalização das narrativas da italianidade em Santa Teresa, em que uma versão do passado é selecionada como referência de uma coletividade, do sentimento de continuidade, homogeneidade e coesão social, em detrimento de histórias e memórias plurais. Destarte, tais narrativas tentam “colonizar semelhanças, despertar afinidades, suscitar adesões, propiciar disputas de sentido (o autêntico, o verdadeiro, e também o estigmatizado, o oprimido) e, sobretudo, para fundar afastamentos e distâncias, para apartar” (FALCÃO, 2005, p. 59).

Entrelaçada a procedimentos de formalização e ritualização do passado, a italianidade em Santa Teresa pode ser tensionada por meio da noção de invenção das tradições proposta por Hobsbawm e Ranger (1984, p. 8):

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Em Santa Teresa, as reflexões de Hobsbawm e Ranger (1984) nos instigam a problematizar a italianidade como símbolo de coesão social do presente produzido a partir de uma pretensa continuidade com um passado histórico fundado na invenção de um perfil do imigrante italiano e seus descendentes, que envolve um conjunto de valores, usos, costumes e práticas específicas em relação à ética do trabalho, da família e da religiosidade.

As discussões em torno da italianidade e o tombamento do sítio histórico ocorrem no âmbito da história cultural e suas possibilidades de investigação sobre os valores, as práticas, os saberes e as sensibilidades que assinalam as ações dos sujeitos históricos localizados em seu tempo e espaço (FERREIRA, 2015). Conforme o historiador Peter Burke (2005, p. 10), os historiadores culturais preocupam-se com o “simbólico e suas representações”.

Por conseguinte, as reflexões sobre a produção de memórias e o patrimônio cultural no município de Santa Teresa a partir das narrativas históricas produzidas em relação à italianidade estimulam um olhar atencioso para as múltiplas ações sociais em um amplo repertório de possibilidades no diálogo com as noções de educação dos sentidos e das sensibilidades. Ao discutir a inserção do conceito de sensibilidades nas abordagens da história cultural como forma de repensar a problematização do passado, Pesavento (2004, p. 57) salienta que “os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos”. Seguindo essa perspectiva teórica, no diálogo com Thompson (1998, p. 22), identificamos uma concepção plural de cultura.

[...] 'cultura' é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.

Com base nessa noção, destacamos que os valores são aprendidos na experiência vivida e surgem dentro do mesmo vínculo com as relações materiais em que surgem as nossas ideias. E permeando as questões culturais, a experiência é compreendida por Thompson (1981, p. 189) como a exploração aberta do mundo e de nós mesmos.

[...] as pessoas não experimentam sua experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e de reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.

O entrelaçamento do conceito de experiência com o de cultura permite tensionar à produção de narrativas voltadas para uma identidade italiana local como um processo polêmico e conflituoso que exprime formas específicas de formulações sobre o passado, como evidenciam as disputas simbólicas em torno do tombamento do sítio histórico. Em Santa Teresa, as narrativas da italianidade, como elaborações simbólicas que reverberam em política dominante de institucionalização de memórias, baseiam-se na afirmação no presente de aspectos do passado relacionados a sentimentos de pertencimento, formas de socialização, práticas sociais e culturais.

| 13

4 Para não concluir...

Como uma mônada dos significados mais explosivos da relação da cidade com a história e as memórias, o processo de tombamento do sítio histórico de Santa Teresa evidencia o papel político conferido a o patrimônio cultural. Com base nas formulações teóricas de Benjamin (2012), é fundamental salientar que na modernidade estamos enredados numa realidade social caracterizada pelo esfacelamento das relações sociais, dilapidação da memória e esvaziamento de experiências coletivas que permeiam a apreensão da cidade e seus espaços.

As narrativas da italianidade podem ser situadas como resultado dos sentidos construídos, compartilhados e até mesmo disputados na afirmação de uma identidade para a cidade, como revelam os acontecimentos imbricados no processo de tombamento do sítio histórico (THOMPSON, 1998). Assim, a cultura “[...] é também um conjunto de diferentes

recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; uma arena de elementos conflitivos [...]” (THOMPSON, 1998, p. 17).

O processo de tombamento revelou momentos de fraturas, embates, (des) mobilizações, contradições e (des)articulações culturais. Dessa forma, com base numa noção de cultura como campo plural e multifacetado é preciso tensionar a pluralidade de interesses e conflitos que perpassam as relações sociais que elevam determinados bens à categoria de patrimônio cultural, símbolos de uma coletividade (PINTO JR.; FERREIRA, 2017).

E assim, entre posições contrárias e favoráveis ao tombamento, existem as brechas e potencialidades representadas pelas possibilidades de reflexão sobre o papel do patrimônio na contemporaneidade, sua concepção como um lugar pitoresco a ser visitado que perpassa a transformação dos bens culturais em bens de consumo, incidindo sobre as experiências vividas que superficializadas e fragilizadas se transformam em vivências (BENJAMIN, 2012). Por conseguinte, o patrimônio, numa perspectiva transformadora, apresenta-se como um dos caminhos para a reconstrução de experiências sensíveis, de repensar a relação dos sujeitos com a história e as memórias coletivas.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras escolhidas; v. 1).

BRASIL. Lei nº 13.617, de 11 de janeiro de 2018. Institui no calendário oficial brasileiro o dia 26 de junho como a Data do Reconhecimento do Município de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, como Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 jan. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13617-11-janeiro-2018-786097-publicacao-original-154753-pl.html>>. Acesso em: 8 ago. 2020.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONSELHO de Cultura aprova tombamento do Sítio Histórico de Santa Teresa. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 18 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/conselho-de-cultura-aprova-tombamento-do-sitio-historico-de-santa-teresa>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

CUNHA, Nara Rubia de Carvalho. **Chão de pedras, céu de estrelas: o museu escola do Museu da Inconfidência**. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FALCÃO, Luiz Felipe. Brasiliani e italianos: reflexões sobre a instituição de uma identidade italiana no Brasil contemporâneo. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens**. Joaçaba, SC: UNOESC, 2005. p. 55-74.

FERREIRA, Márcia Regina Rodrigues. **História, memória e educação das sensibilidades: o processo de patrimonialização da Casa Lambert de Santa Teresa-ES**. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b, p. 59-79.

GALZERANI, Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; PRADO, Patricia Dias (Org.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. 49- 68.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009a, p.25-33.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã; v. 6).

HADLER, Maria Sílvia Duarte; PINTO JR., Arnaldo. Patrimônio, memória e educação. In: Adriana Carvalho Koyama; Ivana Denise Parrela (Org.). **Arquivos, memórias sensíveis e educação.** Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2019, p. 180-192.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MENEGUELLO, Cristina. **Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana.** 2000. 430f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Cultura e arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo.** 2. ed. Vitória: Flor&cultura, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo.** In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 221-236.

PINTO JR., Arnaldo; FERREIRA, Márcia Regina Rodrigues. **Histórias, memórias e significados educacionais da Casa Lambert: a patrimonialização de um espaço de habitar.** Horizontes, Itatiba, v. 35, n. 1, p. 49-58, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.402>. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/402>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SCALZER, Simone Zamprogno. **O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) entre a história e memória.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

TAVEIRA, Vitor. Pressão imobiliária trava tombamento histórico em Santa Teresa. Século Diário, Vitória, 5 jul. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cidades/pressao-imobiliaria-trava-tombamento-historico-e-m-santa-teresa>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ARTIGO

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
